Proc. nº TST-RR-7326/84

#### ACÓRDÃO

(Ac.2ª-T.0236/86)
JACS/mdgs

Equiparação salarial. Se o par<u>a</u> digma percebe remuneração superior por determinação de senten ça judicial que obrigou a empr<u>e</u> sa a integrar as horas habituais no salário mensal empregado, e se o equiparando não laborava em regime extraordinário, não faz este jus à quiparação salarial com o meiro, já que a remuneração đo paradigma é maior em face de condição personalissima. Revis ta provida para, restabelecendo a sentença de primeiro grau, ju<u>l</u> gar improcedente a ação.

Vistos, relatados e discutidos estes au tos de Recurso de Revista nº TST-RR-7326/84, em que é Recorrente BANCO DO COMMÉRCIO E INDÚSTRIA DE SÃO PAULO S/A e Recorrido RENATO NASCIMENTO DE PONTES.

O v. Acórdão regional de fls.115/117, re formando a r. decisão de lº grau, julgou procedente a reclamação quanto ao pedido de equiparação salarial, condenando o Reclamado nas custas.

Embargos de declaração opostos pelo Réu (fls. 119/120), por omissão relativa à prescrição bienal pre vista no Art. 11, Consolidado, acolhidos pelo Acórdão de fls. 123/124, para declarar que a condenação referente às parcelas vencidas, anteriores ao biênio estão prescritas.

Inconformada, a Empresa recorre de revista às fls. 127/137, alegando violação do Art. 461, da CLT,contrariedade à Súmula 120, deste C. TST, e apontando arestos divergentes.

Contra-razões apresentadas (fls.

irática | TST

fls. 02

Proc. nº TST-RR-7326/84

167), ressaltando fundamentos através dos quais pretende de monstrar o não cabimento da revista ou, no mérito, o acerto da decisão prolatada pelo 2º grau de jurisdição.

A douta Procuradoria Geral opinou pelo conhecimento e provimento do apelo (fls. 171/172).

É o relatório.

## VOTO

## 1. EQUIPARAÇÃO SALARIAL.

### I - Do Conhecimento.

Conheço, pois vislumbro o dissenso pretoriano com os julgados paradigmas transcritos nas razões da revista, às fls. 131/134, 136/137 e os juntados por cópia autenticadas às fls. 148/157, excluindo o proferido por Turma deste C. TST.

#### II - Do Mérito.

A revista versa sobre a equiparação pre tendida pelo Recorrido como paradigma que, em decorrência de horas extras trabalhadas e suprimidas, teve a sua remuneração acrescida.

A decisão proferida pelo 1º grau de <u>ju</u> risdição está assim fundamentada, <u>verbis</u>:

"O princípio geral, no direito brasileiro, é o da liberdade contratual, quanto aos salários, observadas as disposições legais. Entre estas es tá a que proíbe discriminação, entendendo-se co mo tal o pagamento de salários diferentes para empregados que atendam às condições do art. 461, da CLT.

Mas o objetivo da lei deve ser levado em conta quanto à sua interpretação. Se a finalidade é im pedir tratamento discriminatório, está-se a ver que a lei não contempla situação em que de salá rio superior pago ao paradigma não decorre de de

### Proc. nº TST-RR-7326/84

vontade do empregador, mas de imposição judicial. Não foi o banco Reclamado que espontaneamente elevou os salários do paradigma, dando tratamento discriminatório ao Reclamantte: foi o Poder Judiciário que lhe impôs pagasse mais ao paradigma, levando em conta situação (prestação continuada de trabalho extraordinário) que lhe é pessoal, e não é satisfeita pelo Reclamante.

Equiparar os salários do Reclamante aos do para digma seria, nestas condições, conceder-lhe au mento sem qualquer causa; pois a empresa Reclama da não provocou o desnível salarial; e o Reclama mente não cumpriu as horas extras habituais que levaram a que o judiciário assegurasse o direito do paradigma."

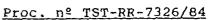
O r. Acórdão recorrido reformou a senten ça para deferir a equiparação, alegando que o fundamento ado tado pela MM. Junta de origem "não pode obstar o direito à equiparação salarial, porque o direito isonômico decorre de preceito constitucional, e a integração da remuneração das horas extras no salário normal do empregado estabeleceu a diferenciação constitucionalmente vedada".

Com efeito, é fato incontroverso nos au tos que o paradigma moveu contra a empresa Recorrente uma re clamatória, pleiteando a incorporação ao salário de horas extras suprimidas, passando, em decorrência do êxito na ação, a perceber mais que o Recorrido. É evidente, pois, que o desní vel existente entre o salário do Recorrido e o do paradigma decorre de circunstância personalíssima, como é a percepção de horas extras prestadas que, por serem habituais, foram in corporadas ao salário do paradigma, a teor do enunciado nº 76, deste C. TST.

Tenho que, se o paradigma percebe remungação superior por determinação de sentença judicial que obrigou a empresa a integrar as horas extras habituais no salário do empregado, e se o equiparando não laborava em regime extraordinário, não faz este jus à equiparação salarial com o primeiro, já que a remuneração do paradigma é maior em face de condição personalíssima.

Desta forma, de acordo com o parecen la

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO





douta Procuradoria Geral, dou provimento à revista para, restabelecendo a sentença de 1º grau, julgar a ação improcedente.

# ISTO POSTO:

ACORDAM os Ministros da Segunda Turma do Tribunal Superior do Trabalho conhecer do recurso e dar-lhe provimento, para restabelecer a decisão de lº grau que julgou improcedente a ação, unanimemente.

Brasília, 04 de março de 1986.

,		Presidente
•	C. A. BARATA SILVA	Relator
	JOSÉ AJURICABA DA COSTA E SILVA	
Ciente:		Procurador
	CARLOS NEWTON DE SOUZA PINTO	